

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.376.765 - SE
(2018/0265928-0)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
AGRAVADO : ALEX RIBEIRO DO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele estado** (Apelação Criminal n. 201700312873).

Depreende-se dos autos que o agravado foi denunciado pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal e, ao final da instrução criminal, foi absolvido pelo Juízo monocrático. Irresignado, o Ministério Público apelou, recurso ao qual a Corte de origem negou provimento e manteve a absolvição com base no princípio *in dubio pro reo*.

Nas razões do recurso especial, o *Parquet* alega violação dos arts. 157, § 2º, I, e II, do Código Penal, ao argumento de que a decisão que absolveu o acusado foi "proferida de forma equivocada e diametralmente oposta às provas" (fl. 300).

Requer, portanto, o provimento do recurso para que seja condenado o agravado.

O recurso especial foi inadmitido no juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem (fls. 330-334), o que ensejou a interposição deste agravo (fls. 340-349).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **não conhecimento do especial** (fls. 370-372).

Decido.

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada.

Quanto ao recurso especial, observo que suplanta o juízo de prelibação, haja vista a ocorrência do necessário prequestionamento, além de estarem presentes os demais pressupostos de admissibilidade do recurso especial (cabimento, legitimidade, interesse, inexistência de fato impeditivo, tempestividade e regularidade formal), razões pelas quais avanço na análise de mérito da controvérsia.

Consta dos autos que o recorrido foi denunciado pela prática do crime de roubo circunstanciado. O Juízo monocrático absolveu o réu por entender ausentes provas de autoria, haja vista que, "de acordo com a vítima, em nenhuma ocasião reconheceu o denunciado como sendo um dos autores do fato", o que foi confirmado pelo depoimento de uma das testemunhas. Acrescentou que a vítima asseverou que "não viu quem cometeu o delito" (fl. 120).

A Corte de origem manteve os termos da sentença e destacou que "através das mídias colacionadas aos autos que **a vítima foi ouvida em juízo e foi contundente ao afirmar que não reconheceu o réu, o que foi ratificado pelas testemunhas arroladas pela defesa**" (fl. 282, grifei).

Assim sendo, observo que as instâncias ordinárias, após **minucioso exame do caderno probatório**, concluíram pela ausência de provas de autoria aptas a justificar a condenação, razão pela qual absolveram o réu pelo crime que lhe foi imputado na denúncia.

Dessa forma, rever o entendimento manifestado no acórdão impugnado para decidir pela condenação importaria em reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial, por força do enunciado sumular n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, *a contrario sensu*:

[...]

1. Para afastar a conclusão das instâncias ordinárias em relação à existência de provas de autoria e materialidade, seria necessário o revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido nos autos, providência que, conforme cedo, é incabível na via do recurso especial, consoante o enunciado na Súmula n. 7 do STJ.

[...]

4. Recurso provido para reconhecer a violação do art. 71

do Código Penal e reduzir a pena para 7 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão mais 80 dias-multa, no regime inicial fechado.

(REsp n. 1.631.869/MA, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 11/5/2017)

À vista do exposto, reconsidero a decisão agravada e, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator